

JORNAL DA

AduFRJ

1376 • 1º de outubro de 2025 • www.adufrj.org.br • TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj

ARQUIVO PESSOAL

“

Cada vez mais o mundo vai estar exposto a doenças, e ter uma universidade e cientistas que possam dar uma resposta rápida é fundamental”

AMILCAR TANURI
1958 - 2025





UM LEGADO INSPIRADOR CONTRA NOVAS PANDEMIAS

A UFRJ e toda a comunidade científica brasileira estão de luto. Um dos mais respeitados virologistas do país, o professor Amilcar Tanuri nos deixou no dia 26 de setembro, aos 67 anos. Titular do Departamento de Genética do Instituto de Biologia, Tanuri era reconhecido mundialmente por suas pesquisas sobre HIV e arboviroses. O docente teve importante contribuição para a associação entre o zika vírus e a microcefalia em bebês, além de ser uma das principais vozes pró-vacinação do país, durante a pandemia de covid-19. Era chefe do Laboratório de Virologia Molecular da UFRJ, que se tornou referência na testagem de covid padrão ouro no Brasil. O Jornal da AdUFRJ e colegas relembram a trajetória do pesquisador e destacam seu legado para a ciência.

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Amilcar tem tantas e lindas facetas. Foi um pai incrível, que sempre apoiou os filhos em todas as escolhas. Era um filho amoroso, que nunca deixou de cuidar de sua mãe. Foi um pai zeloso também para os meus filhos. Era apaixonado pelo nosso neto”. Foi assim, com ternura e tristeza, que Andréa Tavares, viúva do professor Amilcar Tanuri, o descreveu poucos dias após perder o companheiro. “Ele sempre estava disposto a ajudar, independentemente de quem fosse. Ajudava inclusive a quem não conhecia.

Na pandemia, nossa casa parecia um ambulatório. Ele não deixava ninguém sem resposta, ninguém sem atendimento, ninguém sem ajuda”, recorda. “Era muito ativo. Uma mente brilhante e generosa”. O relato é corroborado por colegas e amigos que conviveram com o pesquisador. “Amilcar era um exemplo de dedicação e inteligência, inspirou várias gerações de pesquisadores. Era também pessoa com ótimo senso de humor, coisa tão importante em nossos ambientes muitas vezes tão estressantes”, resumiu o 2º vice-presidente da AdUFRJ, professor Antonio Solé, colega de Tanuri no Instituto de Biologia. Os legados para a ciência e para a UFRJ são diversos. Na segunda metade da década de 1980, o professor ganhou notoriedade pelos estudos e empenho no entendimento do vírus HIV. “Amilcar se

envolveu muito com a questão do HIV a partir de 1985. O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho era referência para pacientes de HIV”, contou a professora Denise Pires de Carvalho, presidente da Capes e ex-reitora da UFRJ. “Nessa época, ele migrou sua atuação para a área de virologia e se tornou referência no mundo. Foi quando começaram suas cooperações com a África”, lembrou. “Ele esteve à frente de um grande projeto de massificação dos testes de HIV em Moçambique”, contou o professor Hélio de Mattos, da Faculdade de Farmácia. “Quando chegou ao país, em 2001, apenas 300 testes eram feitos anualmente. No primeiro ano de atuação, foram atendidas 110 mil pessoas. Em 2013, já eram feitos dois milhões de testes no país”, revelou o docente. Na epidemia de zika, o pesquisador

ajudou a construir a correlação entre o vírus e o nascimento de crianças com microcefalia. “Conheci Amilcar em 2015, no auge da epidemia de zika”, conta a pesquisadora Adriana Melo, médica paraibana que descreveu a zika congênita. “Ele me ligou certa noite para perguntar se eu queria ajuda nas pesquisas. É claro que eu precisava – tínhamos coletado sangue e urina de cerca de mil mulheres, mas não tínhamos como analisar. Faltavam equipamentos, kits e recursos. A partir daquele contato, nunca mais nos faltou apoio”, lembrou. “Mais do que conhecimento, ele tinha ética e humanidade. Amilcar não precisava de mais artigos nem de notoriedade, mas estava sempre presente quando uma nova epidemia surgia, estendendo as mãos, compartilhando saberes e transformando ciência em prática”.



Entre o front das pesquisas e a guerra contra doenças

> Mesmo com câncer, Almicar Tanuri seguiu na linha de frente contra a Covid e implantou um padrão ouro de testsagem. Seus estudos também foram essenciais no combate ao HIV, zika e hepatite

Durante a pandemia de covid-19, Amilcar Tanuri se tornou um dos principais nomes do país a desvendar os segredos do novo vírus. Seu laboratório passou a realizar testagens moleculares padrão ouro para hospitais de todo o Rio de Janeiro. Por pelo menos três meses, de março a junho, só a UFRJ era capaz de realizar esse tipo de teste no estado do Rio, graças à expertise do pesquisador. “As universidades vêm mostrando a sua importância dentro desse tópico de doenças emergentes e reemergentes. Não foi só a covid-19. Teve a zika, em 2015, e a monkeypox, recentemente. Cada vez mais o mundo vai estar exposto a esse tipo de doenças, e ter uma universidade e cientistas que possam dar uma resposta rápida é fundamental”, declarou o pesquisador, em 2022, em uma das muitas entrevistas que gentilmente concedeu ao Jornal da AdUFRJ. Além do laboratório que coordenava, Tanuri fundou o Departamento de Genética, na Biologia e, mais recentemente, com a professora Terezinha Castilheiras, criou o Núcleo de Enfrentamento e Estudos de Doenças Infecciosas Emergentes e Reemergentes (Needier). Também foi importante articulador do processo de interiorização da UFRJ, ao criar o Laboratório de Doenças Emergentes e Negligenciadas (LIDEN) no NUPEM-Macaé. “Ele

foi muito importante para muita gente. Mesmo assim, era tão simples. Estou devastado”, revelou o professor Rodrigo Nunes da Fonseca, da diretoria da AdUFRJ e grande colaborador de Tanuri. Seus estudos permitiram mais segurança a doadores e receptores de sangue. “Sua contribuição foi essencial para a implementação do teste molecular para assegurar a proteção nas transfusões de sangue quanto à transmissão de vírus como HIV e hepatites B e C”, afirmou a ex-ministra da Saúde e pesquisadora da Fiocruz, Nísia Trindade. “Esse é um legado essencial para a segurança da hemoedre”. Amilcar Tanuri foi o primeiro servidor da UFRJ a receber a vacina da covid-19. “Mesmo correndo risco, sendo imunodeprimido e paciente oncológico, ele seguiu na linha de frente durante a pandemia. Não deixava o laboratório. Por isso, foi escolhido como primeiro servidor a receber a vacina na UFRJ”, relembra a professora Denise Pires, reitora à época. “Ele era referência para todos nós, um exemplo”. Em março deste ano, o docente lançou o livro “Pandemia de covid-19 no Brasil: A visão de um cientista”. O evento aconteceu no Fórum de Ciência e Cultura. Durante sua conferência, o docente afirmou que o vírus SARS-Cov2 sempre



esteve um passo à frente da ciência. E fez uma provocação: “Será que na próxima pandemia isso vai se repetir?”. A pergunta infelizmente não será mais respondida por ele, mas pelos cientistas que seguiram seu legado. O professor faleceu por complicações

no coração. Deixou a esposa Andréa, os filhos Luiza e João e o neto Francisco. “Está sendo muito difícil lidar com a perda. Sinto um vazio absoluto. Meu doce companheiro e amigo... Tenho certeza que fará muita falta para todos que puderam conhecê-lo”, conclui Andréa.

TANURI, CIENTISTA SUPERLATIVO



LIGIA BAHIA
Professora do IESC, presidente eleita da AdUFRJ

não acadêmica. Durante os tempos de graduação frequentamos o laboratório “do Tanuri.” Conversávamos sobre

mudanças no currículo da faculdade, queda da ditadura militar e como seria o Brasil democrático igualitário. Tanuri consolidou rapidamente uma carreira de pesquisador, muitos de nós que fomos trabalhar em instituições públicas de prestação de serviços de saúde voltamos para a UFRJ. Nos reencontramos durante a epidemia de AIDS, em um contexto de tristeza, preconceito, revolta. A vida de nossos amigos, de amigos de amigos escapava por entre nossas mãos. Foram tempos de buscar alternativas de proteção contra os riscos de infecção, realizar diagnósticos, antever tratamento e sobretudo de solidariedade e confidencialidade. Comoção e pesquisas se misturavam. Tanuri talvez fosse

um dos mais profundamente envolvidos com a tragédia, mas conseguiu pesquisar, compreender mecanismos de transmissão, viabilizar testes, participar ativamente do desenho do potente e ousado programa de AIDS do Brasil. Levou na bagagem para a África experiências nacionais para o controle da doença e na volta trouxe um conhecimento profundo e extenso sobre pobreza, guerras e emergências sanitárias. Tanuri encarava os vírus sem raiva, temor excessivo ou desprezo. Nos ensinou a simplesmente respeitá-los. Uma visão de mundo, nada etnocêntrica. Pelo contrário, aprendemos que a vida de hospedeiros ou dos vírus decorre de interações mais ou menos favoráveis a ambos. Olhar, nada trivial para uma ge-

ração criada no berço da arrogância da supremacia da espécie humana. Como se sabe, durante a covid-19 nos alertou imediatamente sobre a disseminação no país e fez das tripas coração para impor racionalidade ao negacionismo e autoritarismo. Conseguiu. Mas o preço a pagar não foi baixo. A fúria anticientífica é em si fator de adoecimento. Tanuri permaneceu sob o fogo cruzado da abominação extremista durante um longo período. Quando o Conselho Federal de Medicina me processou, por criticar uma entidade que propagandou a cloroquina e difundiu fake news sobre vacinas, me defendeu veementemente. Obrigada Tanuri, vida que segue com você para sempre..



■ Amílcar se formou em 1982, ano que ingressei como aluna na UFRJ, então somente o conheci quando eu fazia iniciação científica e ele, mestrado. Lembro dele dessa época, dos laboratórios do subsolo do CCS, fazendo pesquisa, nos revezando pra utilizar equipamentos. Amílcar se envolveu muito com a questão do HIV a partir de 1985. O HUCFF era referência para pacientes de HIV. Nessa época, ele migrou sua atuação para a área de virologia e se tornou referência no mundo. No dia a dia, Amílcar era exemplo para todos nós. Tanto que, quando veio a pandemia de covid-19, eu não tive nenhuma dúvida. Era reitora da UFRJ e o procurei imediatamente. Falei que precisaríamos de testes, que logo seríamos demandados. Foi o que realmente aconteceu. Quando a pandemia chegou ao Brasil, o Amílcar já estava com o laboratório todo pronto para fazer os testes padrão ouro. Além de ser brilhante em sua área, Amílcar era muito generoso. Ele não deixou o laboratório nenhum dia durante a pandemia. Tinha um DNA UFRJ raiz. A gente perdeu essa figura tão forte na nossa universidade. Uma pessoa muito querida que sempre ensinou tanto. Seu grande legado continuará.

DENISE PIRES DE CARVALHO,
presidenta da Capes e ex-reitora da UFRJ



ARQUIVO PESSOAL

■ Conheci o Amílcar em 1977, no curso de Medicina da UFRJ. Era impressionante, pois desde o início da graduação ele sonhava em ser pesquisador. Mesmo no princípio do curso, ele buscava ir para o laboratório em todo intervalo que tinha. Um dos seus traços mais marcantes era a humildade. Ele tinha conhecimento enorme na sua área, era dos maiores nomes no mundo, mas jamais se colocou acima de qualquer pessoa. Ao contrário, era sempre muito aberto a aprender mais, muito curioso. Amílcar trabalhou até instantes antes de ser intubado, já internado no hospital. Era uma pessoa muito sensível, solidária, sempre disposto a ajudar os colegas. Fez um trabalho fantástico na África, sobre o HIV. É uma perda irreparável para a ciência brasileira e para a UFRJ. Amílcar era incansável e foi cedo de mais. Ele certamente teria muitas outras contribuições para este país. O Amílcar era um dos nossos grandes nomes que estão escritos no panteão de glória da UFRJ. Sem dúvidas, foi alguém que ajudou a fazer da UFRJ o que ela é hoje.

ROBERTO MEDRONHO,
reitor da UFRJ



FERNANDO SOUZA

A CIÊNCIA QUE SALVOU VIDAS

■ Amílcar ligou e disse: “vamos fazer os testes?” Eu relutei. O laboratório não estava preparado para testes em humanos, não tínhamos essa expertise e estrutura, mas ele tinha razão. Era uma emergência sanitária, as pessoas PRECISAVAM da universidade. Em uma semana estávamos preparados. A resposta rápida dele salvou centenas de vidas em Macaé e transformou a cidade em um exemplo de resposta científica e solidária à pandemia de COVID-19. Amílcar Tanuri nos deixou no dia 26 de setembro de 2025. Perdemos nossa referência em saúde pública e sobre o papel da universidade: produzir conhecimento capaz de trazer mudanças para a população. Defensor do SUS, Tanuri mostrou que a ciência e a universidade pública podem — e devem — estar a serviço do coletivo. Sua partida deixa uma lacuna imen-

sa na ciência brasileira, mas também um legado que precisa ser lembrado e celebrado — especialmente em Macaé, onde sua atuação mudou a forma como enfrentamos crises sanitárias. Sob sua liderança, o NUPEM/UFRJ implantou, em 2020, um laboratório de testagem que realizou mais de 15 mil exames moleculares em apenas cinco meses, alcançando mais de 2% da população local. O impacto foi imediato: a cidade registrou uma taxa de letalidade de apenas 1,8%, contra 10,6% na capital no mesmo período. Esse feito histórico só foi possível pela soma de esforços entre sociedade, comunidade científica e a visão pioneira de Tanuri. Seguiram-se outras conquistas importantes para Macaé providas por Tanuri e seu grupo: acesso aos primeiros testes de antígeno específicos para SARS-CoV-2, o estabelecimento de uma vigilância

genômica, mais de 30.000 exames sorológicos para pesquisa de anticorpos e, posteriormente a avaliação da eficácia das vacinas aplicadas na população local, além do acompanhamento da população e desenvolvimento de estratégias de tratamento pós-Covid. Dessas bases nasceu o LIDEN (Laboratório Integrado de Doenças Emergentes e Negligenciadas), uma parceria entre a Prefeitura de Macaé, instituições públicas (MPF, MPT, UFRJ, FAPERJ, CNPq) e privadas (Unimed Costa do Sol, Hospital São João Batista, empresas de petróleo). O NUPEM se consolidou como centro estratégico de vigilância epidemiológica e inovação científica no Norte Fluminense.

A trajetória de Tanuri ecoa a de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, sanitaristas que mudaram os rumos da saúde pública no Brasil. Como eles, uniu ciência,

■ O professor Titular Amílcar Tanuri ingressou como docente no Instituto de Biologia em 1987, rapidamente destacando-se pela grande qualidade de seu trabalho e liderança. Era consultor da WHO, da Rede da Organização Mundial da Saúde, coordenador da Faperj, associated research scientist na Columbia University, e consultor da área de laboratório do Ministério da Saúde. Amílcar tinha profunda empatia com o sofrimento humano e fez um ótimo trabalho na África, por meio da iniciativa do CDC de Atlanta, EUA, no Presidencial AIDS Initiative, estabelecendo laboratórios para o acompanhamento da epidemia da AIDS. Mais recentemente, realizou importantes trabalhos com os vírus Zika e covid-19. Em tempos de negacionismo, lutava pelo uso da ciência contra a pandemia. Sempre com seu inseparável chapéu, Amílcar era um exemplo de dedicação e inteligência, inspirando gerações de pesquisadores. Era também pessoa com ótimo senso de humor, coisa tão importante em nossos ambientes muitas vezes tão estressantes. Fará muita falta, mas permanece o seu enorme legado para a UFRJ e para o mundo.

ANTONIO SOLÉ,
professor do IB e diretor da AdUFRJ

■ Amílcar esteve à frente de um grande projeto de massificação dos testes de HIV em Moçambique. Quando chegou ao país em 2001, apenas 300 testes eram feitos anualmente. No primeiro ano de atuação, foram atendidas 110 mil pessoas. Em 2013, já eram feitos dois milhões de testes no país. Foi um dos coordenadores da investigação do grande surto de febre hemorrágica em Angola, incluindo o vírus ebola. Era um cientista do mundo e deixou seu legado também para o nosso país. Durante a pandemia, foi presença nas emissoras de TV, combatendo o negacionismo que era patrocinado pelo governo Bolsonaro. Era um ser humano com grande poder de agregação, profundamente conhecedor das vulnerabilidades da nossa população e do continente africano. Ao chegar no laboratório no CCS, sempre ia tomar com sua equipe um café nos quiosques do bloco, como fazia desde o final dos anos 80.

HÉLIO DE MATTOS,
professor da Faculdade de Farmácia



ARQUIVO PESSOAL

Cientistas reagem a projeto que ameaça pesquisas

> Com a justificativa de “garantir mais responsabilidade na produção científica”, proposição de senador trata má conduta, erro honesto ou discordância metodológica como se fossem equivalentes

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Uma nova ameaça paira sobre a comunidade científica brasileira: o projeto de lei 330/2022. De autoria do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e em tramitação na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal, o PL 330 pretende criminalizar a má conduta científica e vem recebendo severas críticas de especialistas e entidades representativas da Ciência brasileira. O projeto prevê o enquadramento judicial de práticas como falsificação de dados, manipulação de resultados e ocultamento de informações sobre voluntários.

Na semana passada, a UFRJ divulgou uma nota técnica listando uma série de contradições e ambiguidades do PL (leia abaixo um resumo). Um dos signatários é o reitor Roberto Medronho, que foi duro ao comentar o projeto para o Jornal da AdUFRJ. “Embora trate de uma questão importante, que é a integridade, o PL 330 é absolutamente inadequado e busca criminalizar a atividade científica sob a égide de combater a má conduta”, afirmou. “Ele é tão abrangente que pode envolver criminalmente pessoas que utilizam eventualmente um determinado procedimento metodológico de que outros cientistas discordem. Isso é crime? Esse projeto não deve prosperar”.

O professor acredita que, se

aprovado, o projeto será um duro golpe para a pesquisa no país: “Temo que os mais jovens pesquisadores, os doutorandos, por exemplo, fiquem com medo de fazer pesquisa pelo temor de serem criminalizados. Temos que zelar pelos nossos comitês de integridade e de ética, pela revisão por pares, e pelas retratações quando há alguma inconsistência”, afirmou.

REFERÊNCIA NO MUNDO

No último dia 24, uma audiência pública na CCT do Senado debateu o PL 330. O autor do projeto não estava presente para ouvir as críticas feitas por especialistas — o Jornal da AdUFRJ fez contato com o gabinete do senador Mecias de Jesus, mas não houve retorno até o fechamento desta edição. Na justificativa do PL 330, Mecias sustenta que o objetivo é “garantir mais transparência e responsabilidade na produção científica brasileira”.

Uma das especialistas ouvidas na audiência, a presidenta da Capes e ex-reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho, foi enfática ao afirmar que o projeto é um equívoco. “Muito me preocupa um projeto de lei que criminaliza os cientistas e a Ciência, num país que é referência mundial em integridade científica. E que isso possa levar à perseguição de cientistas como a que sofreu Galileu Galilei, que foi preso por defender que a Terra gira em torno do Sol”, lembrou.

Denise destacou que o país



evoluiu muito no campo da integridade científica: “Falo não como presidenta da Capes, mas como cientista que sou desde a época de minha iniciação científica, quando fui treinada nos laboratórios da UFRJ. Quando defendi minha tese, em 1994, o Brasil não tinha ainda as instituições que tem hoje. Precisamos tomar muito cuidado com um projeto de lei que tenta criminalizar a atividade científica por pessoas que sequer cientistas são”.

FISCALIZAÇÃO

Para a presidenta da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, a motivação do projeto é legítima, mas a solução apresentada “não é a mais adequada e nem a mais eficaz”. “A Ciência é uma atividade baseada em incertezas. Erros me-

todológicos ou discordâncias entre grupos não podem ser tratados como crimes. O risco é criminalizar a própria prática científica, inibindo a inovação e a criatividade”, sustentou.

Helena explicou que o Brasil já tem diversos mecanismos de fiscalização do trabalho científico, como a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) — vinculada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) —, responsável por avaliar os aspectos éticos das pesquisas com seres humanos, e o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal. “O Direito Penal deve ser reservado a situações extremas de dolo e dano comprovados. Para todos os outros casos, os mecanismos existentes são suficientes, e precisam ser valorizados e fortalecidos”.

Na mesma linha, o diretor

da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Samuel Goldenberg, lembrou que as universidades e demais centros de pesquisa do Brasil vêm fortalecendo suas políticas internas de controle. “A condenação de cientistas, além de contribuir para a distorção do debate público, pode reforçar discursos de negação e antagonismo à própria Ciência”, recordou.

Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ, o professor João Torres chama a atenção para o item V do PL330 — “usar de maneira inadequada dados estatísticos”. “A redação é vaga, imprecisa e, na prática, confunde divergência metodológica legítima com dolo científico. Essa ambiguidade abre espaço para transformar controvérsias técnicas em litígios penais, inibindo o debate acadêmico e a correção normal da literatura, mecanismos basais da autorregulação científica”, diz.

Físico com larga experiência em colaborações internacionais, João Torres observa que a estatística “não é uma tábuas com dez mandamentos”: “Análises estatísticas podem seguir paradigmas diferentes e, mesmo dentro de cada paradigma, há vasta escolha de modelos, testes e estratégias de ajuste. Não é raro que conclusões divirjam. Criminalizar ‘uso inadequado’ ignora essa pluralidade. O item V, tal como redigido, não distingue fraude de divergência metodológica e, por isso, fragiliza a Ciência que pretende proteger”.

PRINCIPAIS TRECHOS DA NOTA TÉCNICA DA UFRJ SOBRE O PL 330/2022

1. “Má conduta científica” e erro honesto

“O PL 330 se apropria do termo ‘má conduta científica’ de forma vaga e, ao mesmo tempo, descomprometida com a complexidade do termo em um contexto de produção científica internacional. (...) O PL 330 trata má conduta e erro honesto, ou mesmo discordâncias metodológicas, como se fossem equivalentes. (...) Criminalizar esse e outros tipos de abordagens interpretativas abriria espaço para a judicialização indevida do próprio debate científico, transformando divergências acadêmicas em litígios penais, com grande potencial de dano à reputação e à carreira dos cientistas envolvidos.”

2. Papel das publicações e correção da literatura científica

“O PL 330 não leva em conta que a correção da literatura cien-

tífica é parte da autorregulação da ciência, com publicação de correções e retratações para as quais as justificativas são públicas. (...) Em publicações científicas, caso envolva manipulação de dados experimentais, como edição inadequada de imagens, por exemplo, com impacto direto na interpretação dos resultados, também será submetida a análise de especialistas no âmbito editorial e, se necessário, das instituições envolvidas. (...)”

3. Plágio e insegurança jurídica

“O PL 330, em sua configuração, inclui o plágio como parte integrante de ‘má conduta científica’, o que segue o consenso científico e de políticas de integridade científica que se estabeleceram ao longo das últimas décadas. (...) Na ciência, plágio inclui ideias, resultados, processos e texto (cuja extensão já é subjetiva). (...)”

Há nessa integração proposta pelo PL 330, que, portanto, criminaliza o plágio no âmbito da ‘má conduta científica’, uma perigosa insegurança acadêmica e jurídica, com risco de decisões arbitrárias e apressadas.”

4. Autoria e responsabilidades partilhadas

“Ao criminalizar a ‘má conduta científica’ em terreno frágil e com qualificações vagas e desarticuladas com a cultura científica e suas melhores práticas para fortalecer sua autorregulação, o PL também desconsidera os papéis e responsabilidades associadas à autoria científica. (...) Nesse sentido, a possibilidade de tal erro honesto ser mal interpretado por um denunciante criaria um ambiente de medo e seria um desincentivo para atrair jovens para a carreira científica.”

5. Perspectiva equivocada e enviesada por casos pontuais ocorridos na pesquisa em saúde

“Como já descrito, o PL 330 se sustenta, majoritariamente, em casos envolvendo a pesquisa com seres humanos, com fundamento em irregularidades pontuais (...) Essa extrapolação é ingênua e arriscada. (...) Propor esse tipo de medida, e com base em episódios pontuais, impacta a dinâmica de pesquisa em toda a ciência brasileira, bem como aspectos sobre a liberdade e a criatividade científicas que, mais do que nunca, precisam ser cultivadas.”

Considerações finais

“No que tange o tratamento da ‘má conduta científica’, o PL 330 desalinha o Brasil dos padrões internacionais e tira o foco do que é absolutamente emergencial para o país neste momento: criar

estratégias para que a integridade científica e a credibilidade da ciência brasileira, reconhecidas internacionalmente, sejam refletidas em ações que se comprometam a fomentar uma cultura de integridade e prevenção de má conduta. (...) Indicando uma direção oposta, o PL 330/2022 enfraquece o papel da integridade científica, que deveria ser uma prioridade no Brasil.”

Sonia Vasconcelos (IBqM/CCS – UFRJ)
Edson Watanabe (Coppe – UFRJ)
Renan Moritz Varnier Rodrigues de Almeida (Coppe – UFRJ)
Adalberto Vieira (IBCF/CCS – UFRJ)
Cássia Turci (Instituto de Química/CCMN – UFRJ, vice-reitora da UFRJ)
Roberto Medronho (Faculdade de Medicina/CCS – UFRJ, reitor da UFRJ)

Orçamento do Conhecimento cai quase à metade em 2026

> Governo prevê R\$ 17,29 bilhões em verbas discricionárias para universidades, institutos federais, Capes, CNPq, além de institutos de educação inclusiva, contra R\$ 32,51 bilhões de 2014

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

As receitas previstas para universidades e institutos federais, Capes e CNPq, além de institutos de educação inclusiva, seguem insuficientes para o próximo ano. O chamado “Orçamento do Conhecimento”, calculado em R\$ 17,29 bilhões, é 0,12% superior à proposta orçamentária (PLOA) deste ano, mas corresponde quase à metade do que era em 2014: R\$ 32,51 bilhões, em valores corrigidos pela inflação.

As informações são do relatório produzido pelo Observatório do Conhecimento — rede de associações docentes coordenada pela AdUFRJ. O documento, cuja íntegra pode ser lida no site do sindicato, foi divulgado dia 24, em audiência na Câmara dos Deputados (veja matéria ao lado).

“O governo Lula tem feito uma recomposição, mas em valores muito aquém dos necessários para recuperar o sistema federal de educação superior e de Ciência, Tecnologia e Inovação”, afirma a presidenta da AdUFRJ e coordenadora do Observatório, professora Mayra Goulart.

Contribui para este preocupante cenário o crescente peso atribuído às emendas parlamentares. Somente este ano, considerando apenas as universidades, elas totalizaram aproximadamente R\$ 571 milhões. Em 2014, não passavam de R\$ 148 milhões, também em valores corrigidos pela inflação.

“Políticas públicas deveriam contar com custeio sólido entre os exercícios fiscais. No entanto, conforme já estamos destacando há algum tempo no Observatório, elas estão cada vez mais dependentes de recursos incertos”, diz Mayra.

UNIVERSIDADES

Para 2026, o governo planejou R\$ 7,85 bilhões para o orçamento discricionário das universidades federais. Este valor equivale a 45,3% do que foi destinado há uma década.

Deste total, R\$ 7,51 bilhões são para as despesas correntes. Ou seja, para o funcionamento do ensino, pesquisa e extensão, assistência estudantil e fomento das ações de graduação e pós-graduação. O número representa 65,87% das despesas correntes em 2014.

Já a parcela destinada a in-

vestimentos nas universidades praticamente desapareceu do orçamento do conhecimento, na última década. Em 2026, o valor previsto é de R\$ 335,9 milhões, equivalente a apenas 5,67% dos investimentos em 2014 (ou R\$ 5,92 bilhões). Números que se refletem na infraestrutura precária nas instituições, realidade bem conhecida da comunidade da UFRJ.

A única rubrica que parece ter se salvado dos cortes, ao longo dos últimos anos, é a de assistência ao estudante do ensino superior. Houve uma redução média de apenas R\$ 15,5 milhões entre 2014 e 2026. Se comparada à proposta orçamentária deste ano, a ação receberá até 2,94% a mais e ficará em R\$ 1,38 bilhão. Mas são números que enganam.

“No período, a universidade se expandiu e inseriu parcelas da sociedade que não tinham acesso à educação superior. O orçamento da assistência estudantil deveria aumentar, em vez de permanecer estagnado”, explica Letícia Inácio, economista responsável pelos estudos do Observatório do Conhecimento.

Em 2026, Capes e CNPq receberão, respectivamente, R\$ 4,93 bilhões e R\$ 1,57 bilhão, se não houver mudança na proposta do governo. A Capes até ganha um pouco a mais que o valor reservado na PLOA deste ano, de R\$ 4,9 bilhões. Mas o CNPq sofre ligeira perda, pois a PLOA deste ano era de R\$ 1,63 bilhão. Mas ambas agências ganharão bem menos que os R\$ 10,83 bilhões e R\$ 3,43 bilhões previstos em 2014.

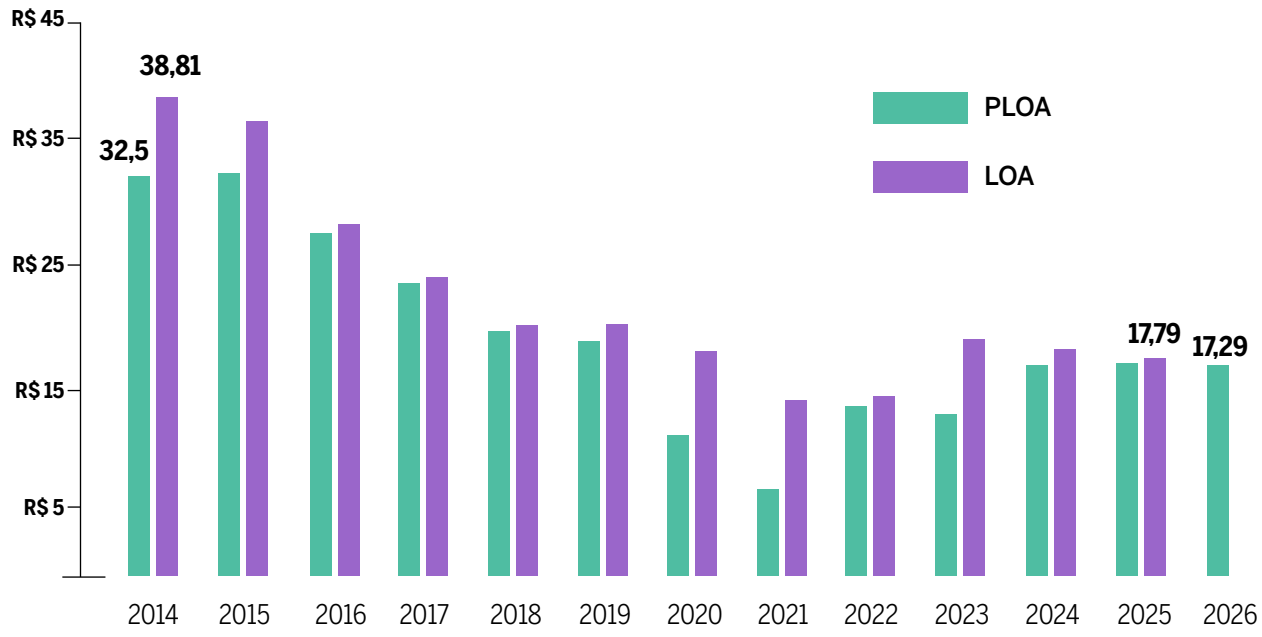
Já os Institutos Federais têm vivido o mesmo processo de redução orçamentária das universidades, com uma recomposição lenta ao longo dos anos mais recentes. A PLOA do próximo ano reserva R\$ 2,85 bilhões para o funcionamento destas instituições contra R\$ 5,92 bilhões de 2014.

REGRAS RESTRITIVAS

As regras fiscais de execução orçamentária, restritivas desde o governo Temer, são outro obstáculo. Há pisos constitucionais de repasses para Educação e Saúde, mas não existem mecanismos legais para proteger os recursos específicos da educação superior, por exemplo. “Temos feito algumas pesquisas que vão na direção de estabelecer um mínimo de repasse com base em um percentual da arrecadação, como acontece nas estaduais paulistas. É um debate muito difícil porque a posição dos parlamentares e até

ORÇAMENTO DO CONHECIMENTO

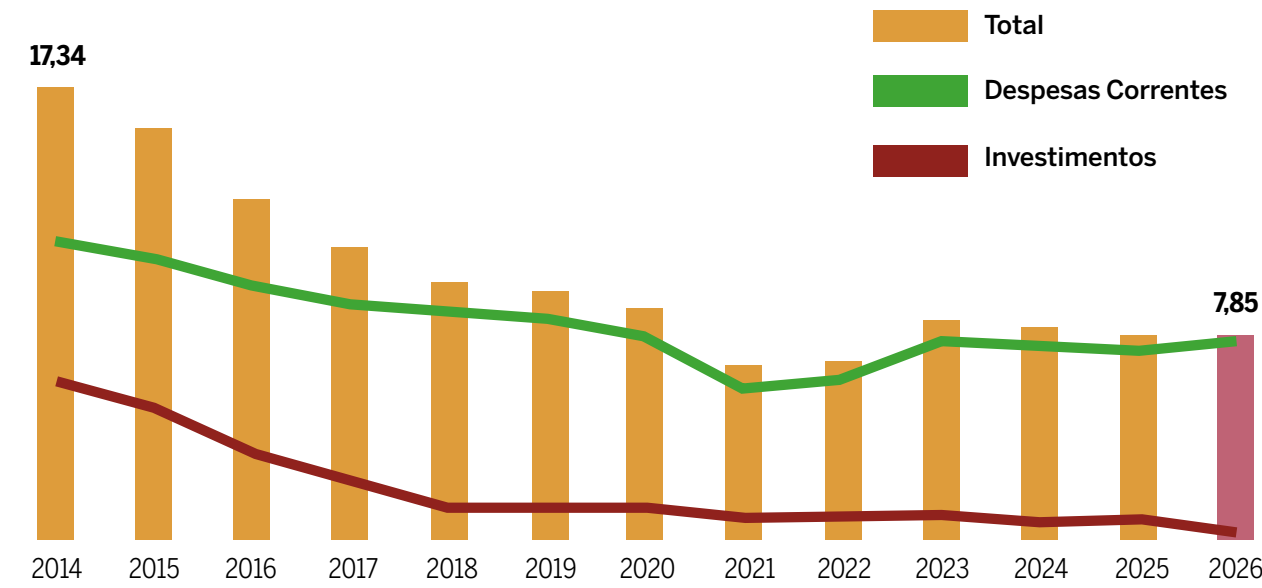
Orçamento discricionário (Em R\$ bilhões | deflacionado pelo IPCA)



Fonte: SIOP. Deflacionado pelo IPCA.

UNIVERSIDADES FEDERAIS

Orçamento discricionário | Grupo de Despesa (em bilhões | deflacionado pelo IPCA)



Fonte: SIOP. Deflacionado pelo IPCA.

do governo, no geral, é contrária à indexação das despesas da educação à arrecadação”, lamenta Letícia.

Enquanto não há uma mudança estrutural do orçamento do conhecimento, a comunidade volta suas preocupações para a votação do orçamento 2026, o que deve ocorrer até 22 de dezembro. “Até lá, o Observatório continuará pressionando o parlamento em defesa das universidades e da pesquisa nacionais”, afirma Mayra.

CAPES RESPONDE

Presidenta da Capes, a professora Denise Pires de Carvalho atribui a queda do orçamento da

agência à extinção do “Ciência sem Fronteiras”, considerando o início da série estudada pelo Observatório. De acordo com os dados enviados à reportagem, o programa de incentivo à internacionalização chegou a representar R\$ 1,8 bilhão da dotação da Capes em 2014 e R\$ 3,2 bilhões em 2015.

A professora destaca o trabalho de recomposição orçamentária da agência pelo atual governo, iniciada com a negociação da Emenda Constitucional da Transição. A legislação viabilizou recursos novos para a agência logo no primeiro ano da gestão Lula. “Em 2023, o orçamento teria sido muito menor”,

disse.

Desde então, a dotação da Capes tem superado os R\$ 5 bilhões, contra R\$ 3,5 bilhões do último ano do governo Bolsonaro.

Já em relação às universidades, Denise esclarece que a redução se dá após a conclusão do programa de reestruturação e expansão das universidades (Reuni). “No caso das universidades, até 2017 havia verba que terminou, obviamente, após as inaugurações”, completa.

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação não respondeu ao questionamento da reportagem até o fechamento desta matéria.

Encontro na Câmara debate financiamento das Federais

>Presidenta da AdUFRJ e coordenadora do Observatório do Conhecimento, professora Mayra Goulart destaca necessidade de mecanismos estáveis de orçamentação das universidades

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

As restrições orçamentárias das universidades federais e das instituições nacionais de pesquisa foram o principal

tema de uma audiência pública realizada no último dia 24 na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em Brasília. Proposto pela deputada federal Ana Pimentel (PT-MG), a partir de uma sugestão do Observatório do Conhecimento (OC), e conduzido pela deputada federal Lenir de Assis (PT-PR), o debate evidenciou a situação financeira crítica das instituições. No mesmo dia, o OClançou Balanço Anual do Orçamento do Conhecimento, com base nos dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 (veja mais informações sobre o documento na página 6).

A presidenta da AdUFRJ e coordenadora do OC, professora Mayra Goulart, participou do debate e destacou o papel fundamental que as universidades federais desempenham na produção de conhecimento e na defesa da democracia. “Entendemos que a docência e a pesquisa não são atividades missionárias, mas esforços que demandam recursos e devidas condições de trabalho. Nos últimos tempos, as universidades têm sido um espaço de resistência ao autoritarismo político e cultural. Nelas, o pluralismo e a diversidade de pensamento não são apenas princípios abstratos, mas condições estruturantes para a produção de conhecimento e para a formação cidadã. São redutos de liberdade e de pensamento crítico”, observou Mayra em sua fala inicial.

A necessidade de mecanismos estáveis de sustentação financeira das federais foi também pontuada pela professora: “O conhecimento é a alavanca que transforma desafios em soluções. E isso só se sustenta com investimento contínuo e estratégico.



NA AUDIÊNCIA DO DIA 24, representantes da comunidade acadêmica abordaram defasagem de equipamentos e do valor das bolsas



MAYRA: autoritarismo se combate com inclusão e democracia

“O conhecimento é a alavanca que transforma desafios em soluções. E isso só se sustenta com investimento contínuo e estratégico

MAYRA GOULART
Presidenta da AdUFRJ

ter fontes sustentáveis de financiamento. “É urgente a adoção de políticas públicas sólidas e de longo prazo para o financiamento da educação superior no Brasil. Não basta ter apenas suplementações pontuais”, defendeu a professora.

Segundo Fernanda, a SBPC vem monitorando as reduções orçamentárias do Ministério da Educação (MEC) desde 2016. “As 69 universidades federais brasileiras, que atendem a aproximadamente 1,3 milhão de estudantes, enfrentam dificuldades com a redução orçamentária. O MEC atribui a situação à redução de verbas dos anos anteriores e observa que, na gestão atual, os recursos destinados às instituições tiveram um aumento de 22%. Mas a descida é galopante e permanece a necessidade de ampliação do orçamento”, disse a conselheira da SBPC.

Representante da Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG), Gabryelle Cardoso chamou a atenção para a de-

fasagem nos valores das bolsas de pós-graduação no país como um fator de desestímulo à continuação dos estudos dos graduandos. “As bolsas de mestrado e doutorado estão num quadro de defasagem, com só um reajuste, em 2023, nos últimos 13 anos. Isso contribui diretamente para a evasão e a queda na procura pela pós-graduação stricto sensu”, disse ela. De acordo com a ANPG, há hoje 1,7 milhão de pós-graduandos no país, mas apenas 325 mil no stricto sensu (mestrado e doutorado). Os outros (1,3 milhão) estão na modalidade lato sensu (especializações e MBAs).

Já o representante da Andifes, Evandro Rodrigues de Faria, centrou sua fala na queda gradativa do orçamento das universidades federais nos últimos 15 anos, com exceção de 2021 e 2022. “Isso se reflete, por exemplo, na defasagem tecnológica das federais, o que torna nossos cursos pouco atrativos para muitos estudantes e causa evasão. Às vezes, nossos alunos têm que ter aulas com equipamentos das décadas de 1980 ou 1990, em contraponto a equipamentos de última geração de faculdades privadas”, disse Faria.

Presente ao debate, a professora Márcia Abrahão, ex-presidente da Andifes e ex-reitora da UnB, defendeu uma legislação que garanta financiamento permanente às universidades e institutos federais. “Algo semelhante ao que há nas universidades estaduais paulistas, que têm uma previsibilidade orçamentária anual. Todos os

anos nós ficamos nessa situação de ter um orçamento que oscila de acordo com o governo da ocasião. No governo Bolsonaro, por exemplo, nós vivemos a pior situação, e não podemos esquecer para que não se repita. Neste governo Lula, nós temos espaço para construir uma proposta de financiamento permanente ao Congresso”, destacou Márcia.

O debate contou também com representantes do Andes-SN (Diego Marques), do Proifes-Federação (Raquel Nery) e da UNE (Bianca Borges). “Fico feliz de ver aqui o movimento sindical representado aqui pelo Proifes e pelo Andes. É muito importante atuar juntos e superar qualquer divergência interna, mostrando que o que nos aproxima é muito maior do que o que nos afasta”, saudou Mayra Goulart.

Em sua fala final, a presidenta da AdUFRJ falou do contexto político: “A universidade é um projeto social e de mundo. E isso incomoda. Porque é um projeto onde mulheres falam, em que LGBTQIA+ falam, em que classes populares falam, e ganham na universidade mobilidade social e recursos para contestar as opressões. O jovem sai da universidade empoderado. Temos que aproveitar esse momento. A gente derrubou a PEC da Blindagem, fizemos manifestações em todo o país. É importante continuar, as ruas são nossas. O Brasil está ensinando ao mundo que não se combate autoritarismo com mais autoritarismo, mas sim com inclusão, com democracia, com felicidade”.

FOTOS: ERIK SEIXAS

TECNOLOGIA TRANSFORMADORA

Encontro no CT reuniu pesquisadores engajados na construção de um desenvolvimento social justo

RENAN FERNANDES
comunica@adufrrj.org.br

Mesas temáticas, rodas de conversas, atividades culturais e uma Feira de Extensão muito animada alteraram a rotina do bloco A do Centro de Tecnologia, entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro. Foi a primeira edição do Encontro de Tecnologia Social da Região Sudeste.

“Decidimos fazer encontros regionais para pensar e estimular a articulação nos territórios e vemos que foi muito



Esse é o papel da academia, é preciso estar vinculado às demandas da sociedade. É importante a publicação acadêmica, mas também é importante pensar no impacto social que a universidade precisa gerar

ESTEVÃO LEITE

Doutorando em Engenharia de Produção

positivo”, afirmou o professor Felipe Ador, diretor do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides) e vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (ABEPETS), entidade organizadora do evento.

O docente apontou o Encontro como o mais importante da história do Nides, desde sua formalização como órgão suplementar do Centro de Tecnologia em 2013. “O Nides nasceu para pautar no CT a discussão sobre tecnologia do desenvolvimento social com base no campo da extensão tecnológica”, explicou. Ador

exaltou a integração com colegas de diferentes unidades do CT para o sucesso da Feira. “A interação fez acontecer e deu legitimidade à Feira. Estamos vendo os estudantes superanimados”.

O caráter das tecnologias para transformar vidas e pensar uma ciência cidadã foi destacado pela professora Ivana Bentes, pró-reitora de Extensão. “Estamos num momento virtuoso da extensão com a pesquisa e as políticas públicas. Temos que puxar a discussão da inovação para o nosso campo extensionista”, afirmou.

Confira a seguir alguns projetos apresentados.

FOTOS: RENAN FERNANDES



O PROJETO REDE REFUGIA desenvolveu uma plataforma que conecta e estimula a colaboração entre migrantes, refugiados e organizações. “Acredito que esse é o papel da academia, é preciso estar vinculado às demandas da sociedade. É importante a publicação acadêmica, mas também é importante pensar no impacto social que a universidade precisa gerar”, afirmou Estevão Leite, doutorando em Engenharia de Produção, que criou o projeto durante o mestrado.



O PAPERCA completou 21 anos em 2025 atuando no litoral fluminense em territórios tradicionais onde se desenvolvem atividades ligadas à cadeia produtiva da pesca artesanal. “Dentro da água, o pescador sabe o que fazer como ninguém. Nosso trabalho é no entorno”, disse o professor Ricardo Mello, do curso de Engenharia de Produção. O projeto já atendeu comunidades de Macaé, Arraial do Cabo, Magé, Ilha Grande e Itaipu. “Trabalhamos com os pescadores pensando em como fortalecer a cadeia produtiva,

em como fortalecer a cadeia produtiva,

pensando em oportunidades além da pesca, como turismo de base comunitária, montagem de cozinha solidária, ingresso em programas de políticas públicas”, completou Mello.



O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA para Educação (LipE) apresentou dois projetos na feira. O professor Gilmar Constantino coordena o projeto Apropriação Digital que insere na informática

peças sem acesso ou com dificuldade de uso. “Trabalhamos com crianças, adultos e idosos”, explicou o docente. “Temos um curso de formação para servidores da UFRJ que começa em coisas básicas, como digitar um texto e preencher uma planilha. Para muita gente é algo simples, mas para outros é complexo”, completou.

Gabrielle de Souza, estudante de Engenharia Eletrônica e Computação e extensionista do LipE, apresentou o projeto o “Café com Reparo”, um encontro em que os professores e estudantes recebem o público para auxiliar no conserto de equipamentos defeituosos. “Trabalhamos a favor do meio ambiente. Em vez de descartar um aparelho que queimou, um defeito simples, a própria pessoa pode aprender a trocar a peça e consertar”, contou.

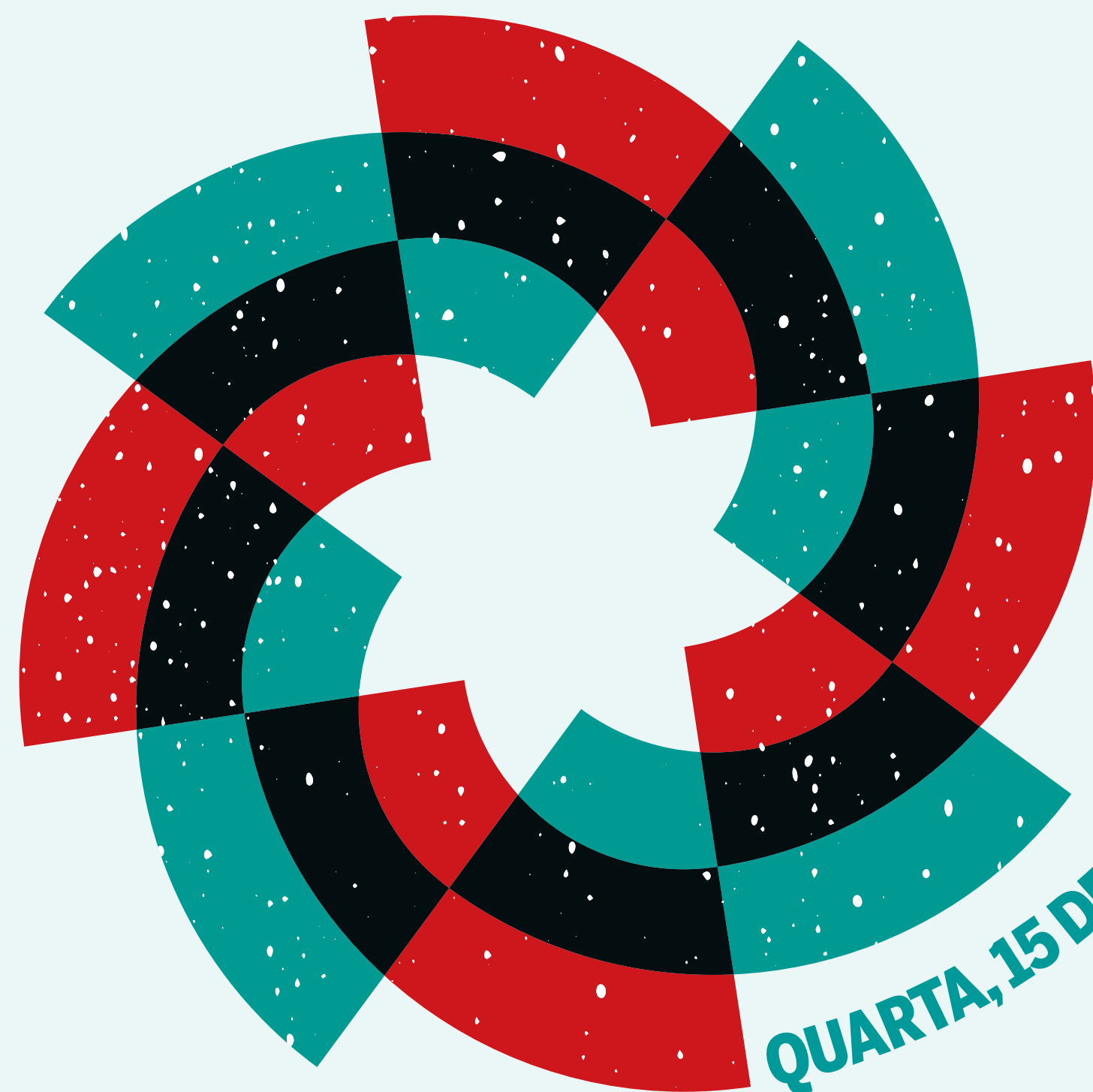
Os encontros acontecem às terças, de 13h às 15h, no Galpão do IMA, na Cidade Universitária. As inscrições devem ser feitas por meio de um formulário que pode ser encontrado no Instagram do laboratório, o @ufrjlpe.



O ALIMENTEC é um projeto recente da área da Engenharia de Alimentos que procura mostrar a importância do curso e torná-lo mais conhecido. “Temos uma série de possibilidades para conversar com a sociedade, como técnicas de conservação de alimentos, por exemplo, ao mesmo tempo que tentamos aumentar a visibilidade do curso”, disse o professor Ricardo Schmitz.

“A indústria de alimentos é o que torna viável a vida em uma cidade grande, como o Rio de Janeiro. Graças à Engenharia de Alimentos, conseguimos desenvolver alimentos seguros para pessoas com diabetes ou alergias”, afirmou a estudante Bianca Baia.

POSSE DA NOVA DIRETORIA DA Adufrj



QUARTA, 15 DE OUTUBRO – 18H

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

AVENIDA RUI BARBOSA, 762